

ESTEREÓTIPOS E JULGAMENTO DOCENTE: A INFLUÊNCIA DO CAPACITISMO NA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE ESCOLAR**STEREOTYPES AND TEACHER JUDGMENT: THE INFLUENCE OF ABLEISM ON THE ASSESSMENT OF SCHOOL ABILITY****ESTEREOTIPOS Y JUICIO DOCENTE: LA INFLUENCIA DEL CAPACITISMO EN LA EVALUACIÓN DE LA CAPACIDAD ESCOLAR**André Luis Fernandes dos Santos¹

e666543

<https://doi.org/10.47820/recima21.v6i6.6543>

PUBLICADO: 6/2025

RESUMO

Este estudo investiga como educadores da educação básica percebem a capacidade de indivíduos com e sem deficiência para realizar atividades escolares, incluindo casos de obesidade, etnia, gênero e representações zoomórficas. A pesquisa fundamenta-se nos referenciais teóricos de Soares (2017), Silva (2010) e Bhabha (2013), discutindo como o capacitismo, os estereótipos raciais e o desconhecimento sobre deficiências influenciam a percepção docente. A metodologia consistiu na aplicação de questionários, com imagens representando diferentes perfis. Os resultados mostram alta concordância (entre 97% e 99%) quanto à capacidade de indivíduos sem deficiência, independentemente de raça ou gênero. No entanto, surgem divergências significativas quando se trata de indivíduos com deficiência. O caso mais discrepante é o de uma mulher com microcefalia, cuja capacidade foi reconhecida por apenas 67% dos docentes, enquanto 14% discordaram. A maior taxa de indecisão (19%) também foi registrada nesse caso, sugerindo desconhecimento e influência do modelo biomédico. Em relação aos animais usados como representação simbólica (zoomorfização), 76% dos respondentes negaram a capacidade intelectual ou física para as atividades escolares, revelando visões antropocêntricas e capacitistas. Já a obesidade não foi percebida como um impedimento relevante, com 92% dos docentes reconhecendo a capacidade do jovem obeso. Conclui-se que, apesar de prevalecerem atitudes inclusivas, ainda há presença de preconceitos sutis e desconhecimento, que podem limitar práticas pedagógicas mais equitativas.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar. Estereótipos. Deficiência.**ABSTRACT**

This study investigates how basic education educators perceive the ability of individuals with and without disabilities to carry out school activities, including cases of obesity, ethnicity, gender, and zoomorphic representations. The research is based on the theoretical frameworks of Soares (2017), Silva (2010), and Bhabha (2013), discussing how ableism, racial stereotypes, and lack of knowledge about disabilities influence teachers' perceptions. The methodology consisted of applying questionnaires, with images representing different profiles. The results show high agreement (between 97% and 99%) regarding the ability of individuals without disabilities, regardless of race or gender. However, significant divergences arise when it comes to individuals with disabilities. The most discrepant case is that of a woman with microcephaly, whose ability was

¹ Doutor em Biotecnologia e Mestre em Clínica Veterinária pela USP, Graduado em Medicina Veterinária, com Formações Complementares em Educação e Ciência de Dados. Professor do Curso Técnico em Análises Clínicas Na FIEB – Fundação Instituto de Educação de Barueri. Doutor em Biotecnologia e Mestre em Clínica Veterinária pela USP, Graduado em Medicina Veterinária, com Formações Complementares em Educação e Ciência de Dados. Professor do Curso Técnico em Análises Clínicas Na FIEB – Fundação Instituto de Educação de Barueri.

recognized by only 67% of teachers, while 14% disagreed. The highest rate of indecision (19%) was also recorded in this case, suggesting a lack of knowledge and the influence of the biomedical model. Regarding animals used as symbolic representations (zoomorphization), 76% of respondents denied intellectual or physical ability for school activities, revealing anthropocentric and ableist views. On the other hand, obesity was not perceived as a relevant impediment, with 92% of teachers recognizing the ability of the obese youth. It is concluded that, although inclusive attitudes prevail, there is still the presence of subtle prejudices and lack of knowledge that can limit more equitable pedagogical practices.

KEYWORDS: School inclusion. Stereotypes. Disability.

RESUMEN

Este estudio investiga cómo los educadores de la educación básica perciben la capacidad de individuos con y sin discapacidad para realizar actividades escolares, incluyendo casos de obesidad, etnia, género y representaciones zoomórficas. La investigación se basa en los marcos teóricos de Soares (2017), Silva (2010) y Bhabha (2013), discutiendo cómo el capacitismo, los estereotipos raciales y el desconocimiento sobre las discapacidades influyen en la percepción docente. La metodología consistió en la aplicación de cuestionarios, con imágenes que representaban diferentes perfiles. Los resultados muestran una alta concordancia (entre el 97% y el 99%) respecto a la capacidad de los individuos sin discapacidad, independientemente de su raza o género. Sin embargo, surgen divergencias significativas cuando se trata de personas con discapacidad. El caso más discrepante es el de una mujer con microcefalia, cuya capacidad fue reconocida por solo el 67% de los docentes, mientras que un 14% no estuvo de acuerdo. La mayor tasa de indecisión (19%) también se registró en este caso, lo que sugiere desconocimiento e influencia del modelo biomédico. En relación con los animales utilizados como representación simbólica (zoomorfización), el 76% de los encuestados negó la capacidad intelectual o física para actividades escolares, revelando visiones antropocéntricas y capacitistas. En cambio, la obesidad no fue percibida como un impedimento relevante, con un 92% de los docentes reconociendo la capacidad del joven obeso. Se concluye que, a pesar de que prevalecen actitudes inclusivas, aún existen prejuicios sutiles y desconocimiento, que pueden limitar prácticas pedagógicas más equitativas.

PALABRAS CLAVE: Inclusión escolar. Estereotipos. Discapacidad.

INTRODUÇÃO

Segundo dados do censo de 2010, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 6,7% da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Diante disso, a inclusão desses cidadãos no ambiente escolar é um dos esteios da construção de uma sociedade igualitária (Sousa, 2021).

A inclusão constitui um movimento não apenas brasileiro, mas também mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e reconhecimento na sociedade. A inclusão pode ser generalizada a aqueles privados de oportunidades em uma sociedade capitalista (Dellani; Moraes, 2012).

Algumas leis foram criadas para combater a exclusão social. Entre elas está a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que garante a matrícula de estudantes com deficiência no ensino regular. A lei mais recente foi a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei 13.146/15, também

conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que assegura condições plenas de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e tecnológica (Sousa, 2021).

Inspirado na Lei 13.146/15, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), implementado nas escolas brasileiras, propõe ampliar as possibilidades de participação, desenvolvimento e inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar. As salas de AEE oferecem um atendimento suplementar, que elimina inúmeras barreiras na inclusão do educando (Sousa, 2021).

Apesar dos avanços, as pessoas com deficiência ainda são consideradas anormais, o que ajuda a compreender o porquê de a Educação Especial ser desqualificada e estereotipada (Lima, 2021). Nesse contexto, surge o conceito de capacitismo. Capacitismo é uma expressão oriunda do termo inglês *ableism*, derivado do verbo em língua inglesa *to be able*, ou seja, “ser capaz”. Ele consiste na crença de que indivíduos fisicamente aptos são superiores às pessoas com deficiência, gerando comportamentos discriminatórios baseados na condição de deficiência (Marçal, 2013).

A própria definição de deficiência é bastante controversa. Segundo Diniz (2007, p. 6), o corpo com deficiência só passa a existir quando comparado a um sem deficiência, e o conceito de anormalidade representa um julgamento estético e, conseqüentemente, um valor moral.

Muitos profissionais da educação baseiam-se no modelo médico, que enfatiza o diagnóstico dos estudantes, e não os seus potenciais. Ou seja, o aluno com deficiência não conseguiria acompanhar os conteúdos dos educandos ditos “normais”. Dessa forma, a escola regular não seria o lugar para esses estudantes, e seu fracasso seria (exclusivamente) atribuído ao seu diagnóstico (Camargo, 2020). Portanto, é necessário desconstruir as crenças incapacitantes para que, de fato, os alunos com deficiência sejam incluídos.

A Educação Inclusiva é um anseio antigo de muitos educadores e representa a garantia de que todos os educandos terão um tratamento igualitário. A integração entre a chamada educação regular e especial constitui um campo de grande aprendizado e de mudanças em muitas concepções preexistentes (Rodrigues; Paulino, 2009).

Entretanto, vivemos em uma sociedade em que o culto ao belo existe. O ideário grego, que tem como um de seus expoentes a escultura do Discóbolo, permanece vigente em nossa cultura. O homem bom e belo permanece sendo um ideal, mesmo que somente nos recônditos das mentes dos educadores e demais profissionais da educação (Souza, J.; Lopes; Souza, V., 2018).

Como essas crenças, nas quais crescemos imersos, podem influenciar nossa prática educacional, mesmo que alguns preconceitos nem sejam conscientes, para aqueles que os possuem?



Os objetivos gerais deste estudo são identificar se o capacitismo está presente, como ideia, no corpo docente da instituição escolar analisada. Como objetivos específicos, busca-se, por meio de perguntas direcionadas, verificar se os docentes acreditam que os educandos diferem na capacidade de aprendizagem apenas com base em uma imagem, além de investigar se associam a ideia de capacitismo a outras formas de discriminação, como o racismo e o sexismo.

Para tentar responder a estas questões, serão consultados educadores de uma escola de nível médio técnico, localizada em um município da Grande São Paulo, que atende alguns alunos oriundos do ensino fundamental II e da educação especial. A partir da aplicação de um questionário, busca-se detectar a presença do capacitismo, entendido como a ideia de que pessoas fisicamente aptas são superiores às pessoas com deficiência e que, por isso, contribui para atitudes e práticas discriminatórias baseadas na deficiência (Marçal, 2013).

Atualmente, há legislações voltadas à proteção da pessoa com deficiência, seja ela física, mental ou ambas. Observa-se, paulatinamente, a construção de um conhecimento pedagógico na área da Educação Especial, bem como um forte apelo social à inclusão. No entanto, o capacitismo ainda está presente, provavelmente, na maioria dos estabelecimentos educacionais brasileiros, sem distinção (Lima, 2021).

Por isso, é importante identificar a presença de preconceito em relação à pessoa com deficiência nessa comunidade escolar. O objetivo não é apontar culpados, mas fomentar discussões coletivas e promover ciclos de palestras e outras atividades educativas que contribuam para o aprimoramento do acolhimento à pessoa com deficiência, que é uma cidadã brasileira com plenos direitos.

MÉTODO

Este trabalho consistiu em uma pesquisa de campo realizada em uma escola pública de ensino médio técnico, localizada na zona oeste da Grande São Paulo. A escolha do espaço escolar deveu-se ao fato de ser o *locus* preferencial dos estudos na área da educação (Tozoni-Reis, 2009, p. 37). Outra justificativa para essa escolha é que estudos indicam que trabalhos científicos realizados em instituições educacionais costumam gerar resultados mais fidedignos em relação à rotina escolar (Gil, 2002, p. 66).

Em relação ao ambiente escolar, o capacitismo se manifesta de duas maneiras: por atitudes discriminatórias (geralmente ocultas) onde é atribuído grande valor a alguns educandos, por classificar alguns como incapazes e excluindo-os. Outra manifestação dá-se por práticas superprotetoras, que objetivam retirar a possibilidade da transposição de obstáculos pelos discentes (Sousa; Farias, 2019).

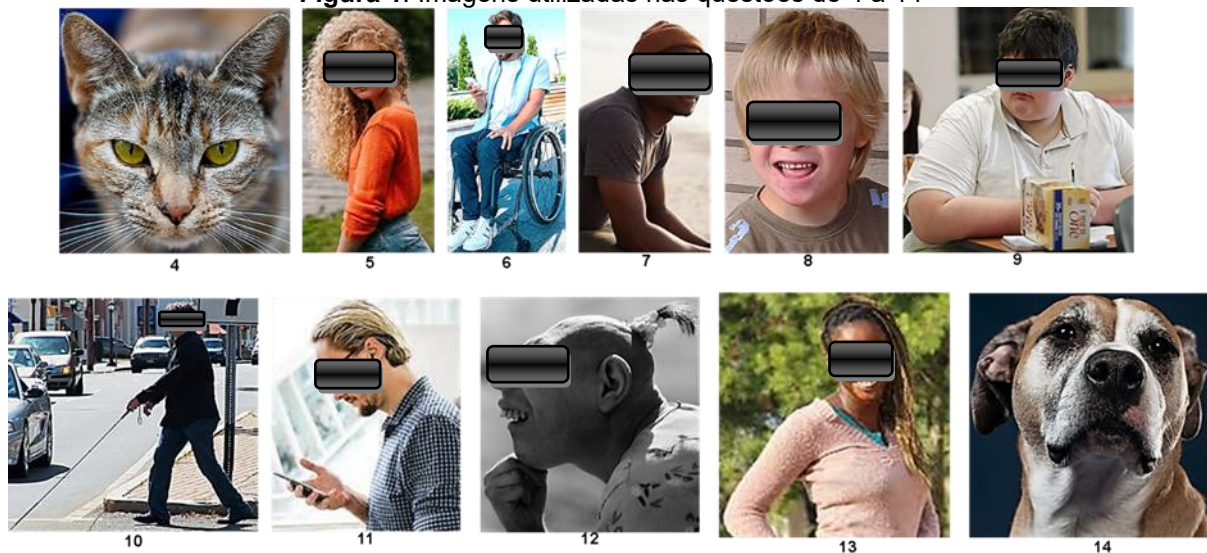


O uso de entrevistas em pesquisas de campo é bastante comum, porém a escolha de um questionário anônimo foi acertada, pois ele simula uma entrevista (Tozoni-Reis, 2009, p. 35) e coloca o respondente em uma situação privada, na qual os chamados fatores ocultos podem se manifestar sem censura.

O questionário deste estudo foi formulado segundo as diretrizes preconizadas por Nogueira (2002) e contém uma questão direta, fechada, não assistida, que utiliza a escala de Likert com cinco opções: discordo fortemente; discordo; não concordo, nem discordo; concordo e concordo fortemente. Inicialmente, foram elaboradas três questões: a primeira perguntava se o respondente desejava participar da pesquisa; a segunda, se o indivíduo pertencia ao público-alvo, ou seja, se era professor, coordenador ou diretor pedagógico. Essas duas questões tinham caráter de bloqueio: caso o indivíduo respondesse “não” a alguma delas, não teria acesso às demais seções. A terceira questão solicitava que o indivíduo informasse em qual nível escolar exercia preponderantemente suas atividades profissionais (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Fundamental II, Médio Regular, Médio Técnico, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial ou Ensino Superior – graduação). O questionário ficou disponível para os docentes entre 05/04/2023 e 31/07/2023.

As questões de 4 a 11 possuíam o seguinte enunciado: “O indivíduo da figura pode realizar qualquer atividade na escola (intelectual ou física), com ou sem o auxílio de outras pessoas”. Essa afirmação foi repetida 11 vezes, acompanhada de diferentes imagens (animais, pessoas com deficiência e sem deficiência), com o objetivo de detectar incoerências nas respostas. O questionário foi disponibilizado a todos os docentes por meio da ferramenta *Microsoft Forms*, devido à familiaridade da comunidade escolar com ela e à facilidade na análise dos dados coletados.

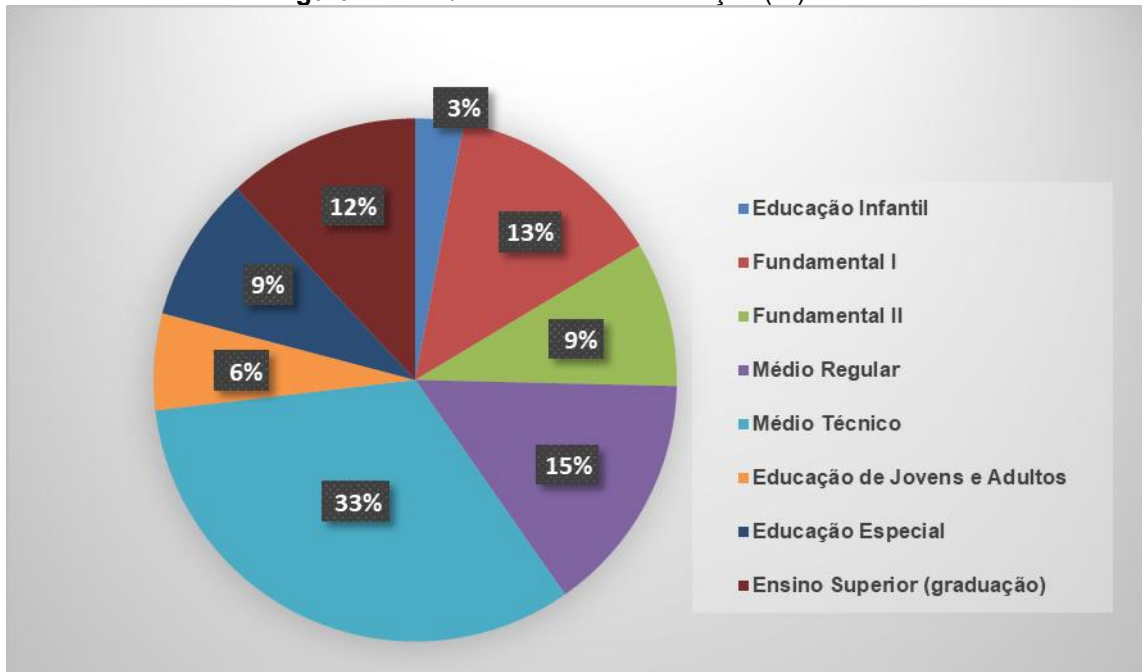
As figuras utilizadas nas questões estão dispostas abaixo. Na ordem temos (4-gato, 5-mulher branca, 6-cadeirante branco, 7-homem negro, 8-criança com Síndrome de Down, 9-jovem obeso, 10-homem cego, 11-homem branco, 12-mulher com microcefalia, 13-mulher negra e 14-cão) (figura 1).

Figura 1. Imagens utilizadas nas questões de 4 a 14

Fonte: DEPOSITPHOTOS. Imagem disponível em banco de imagens. Disponível em:
<https://pt.depositphotos.com>. Acesso em: 03 abr. 2023

RESULTADOS

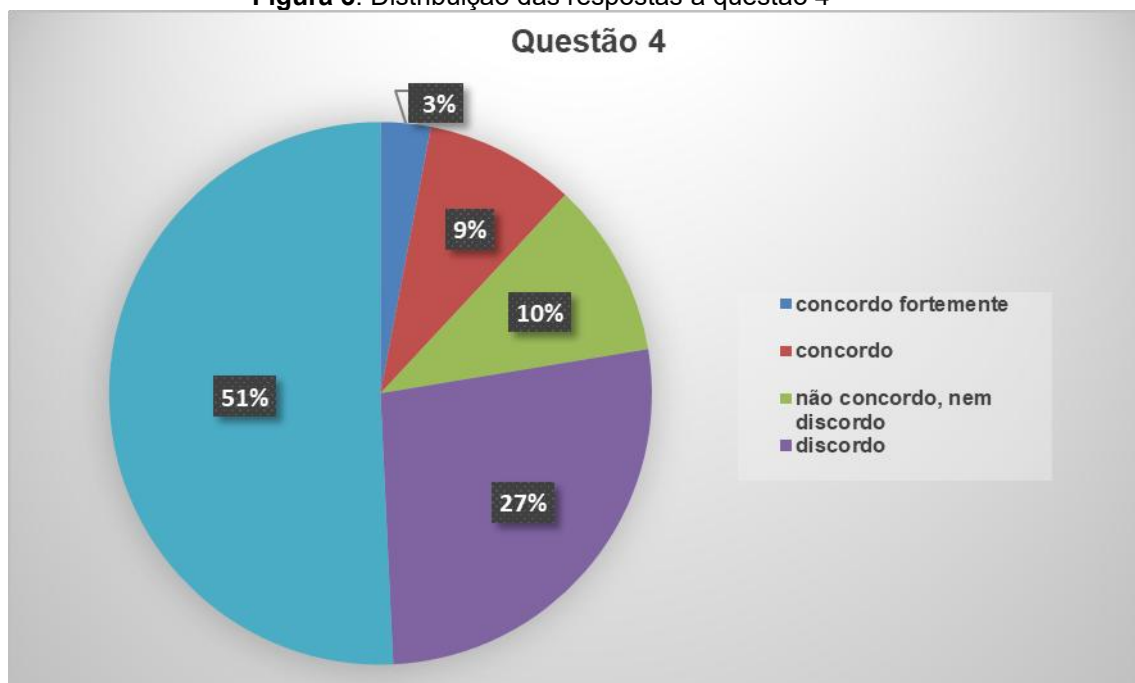
O questionário completo foi respondido por 67 pessoas. Na figura 2, apresenta-se a área de atuação dos indivíduos. Podemos constatar que 45% dos educadores exercem sua atividade profissional, preponderantemente, nos ensinos médios regulares e técnicos, enquanto 22% exercem no ensino fundamental I e II e 3% na educação infantil. Portanto, 80% dos respondentes estão na educação básica.

Figura 2. Nível/modalidade da educação (%)


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Na figura 3, temos as respostas a questão 4, que apresenta a figura de um gato. A maioria dos respondentes (78%) acredita que um felino não é capaz de realizar atividades intelectuais ou físicas na escola. Entretanto, apenas 12% concordam que esse animal pode realizar atividades (3% concordam fortemente). O restante dos docentes não possui opinião clara a respeito.

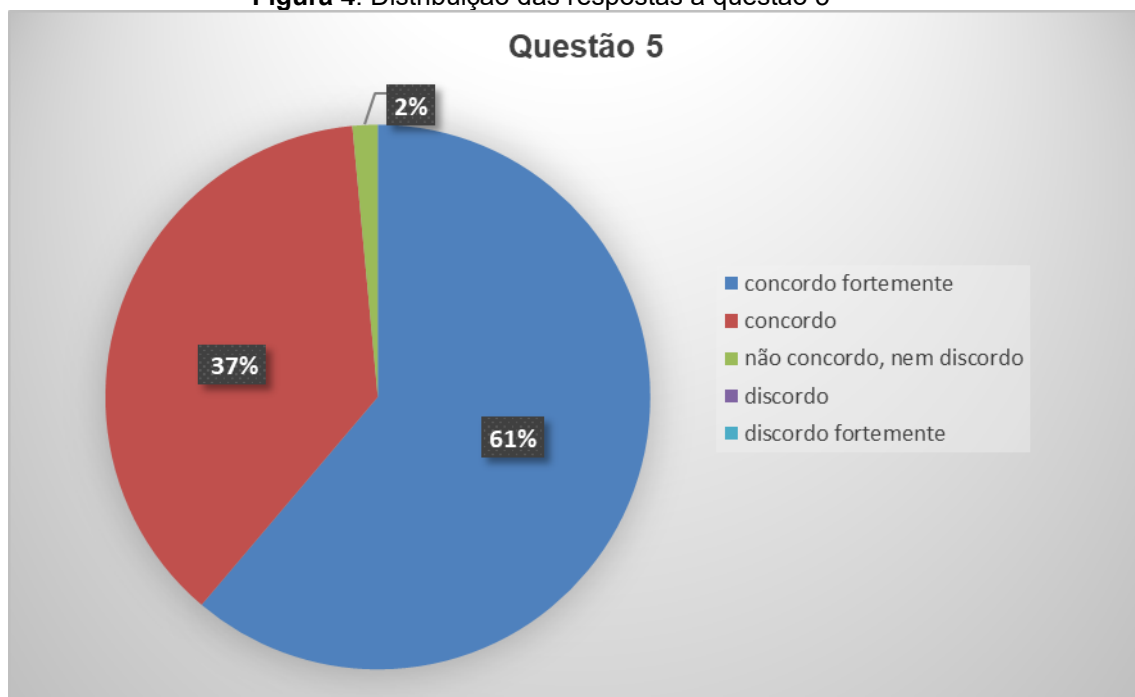
Figura 3. Distribuição das respostas à questão 4



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Na questão 5 (figura 4), há a imagem de uma mulher branca e loira e 2% dos pesquisados não tiveram opinião a respeito de sua capacidade em realizar atividades na escola. A quase totalidade concorda que ela é totalmente capaz de realizar as atividades intelectuais e físicas.

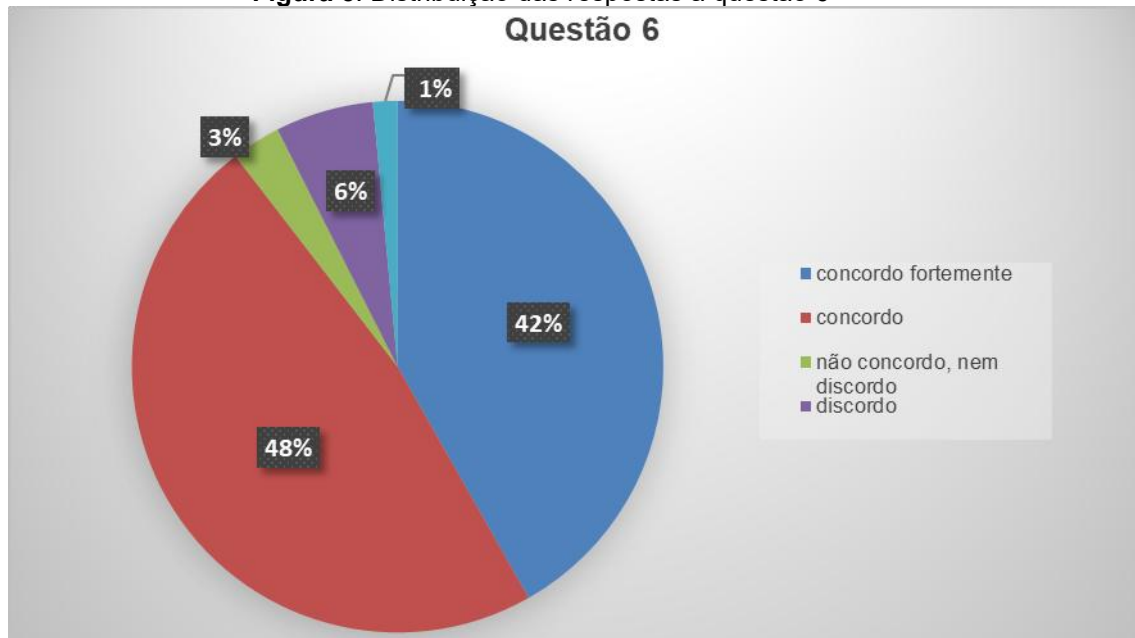
Figura 4. Distribuição das respostas à questão 5



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A questão 6 (figura 5) traz a imagem de um jovem branco, loiro e em uma cadeira de rodas. O resultado de concordância é semelhante ao da figura 4, sendo que 90% concordam (42% concordam fortemente). Discordam 7% (1% discorda fortemente), enquanto 3% não possuem opinião a respeito.

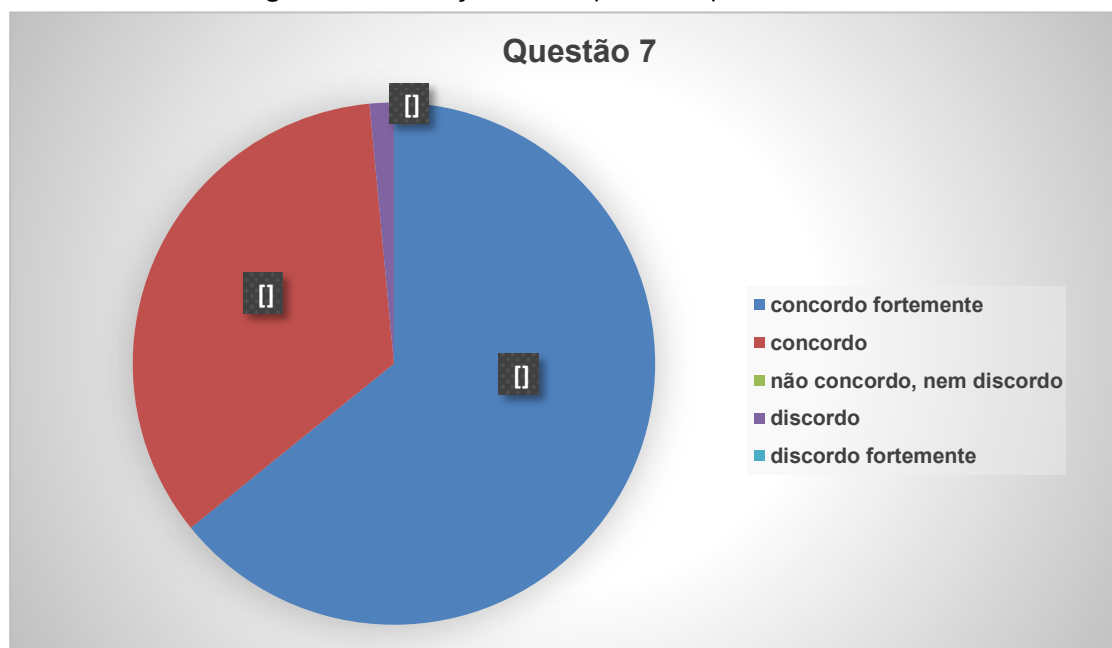
Figura 5. Distribuição das respostas à questão 6



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Na figura 6, temos as respostas à questão 7. Observamos que apenas 2% dos respondentes não acreditam que o rapaz negro possa realizar qualquer atividade na escola, com ou sem auxílio. Os demais (98%) concordam que ele é completamente capaz, sendo que 64% concordam plenamente.

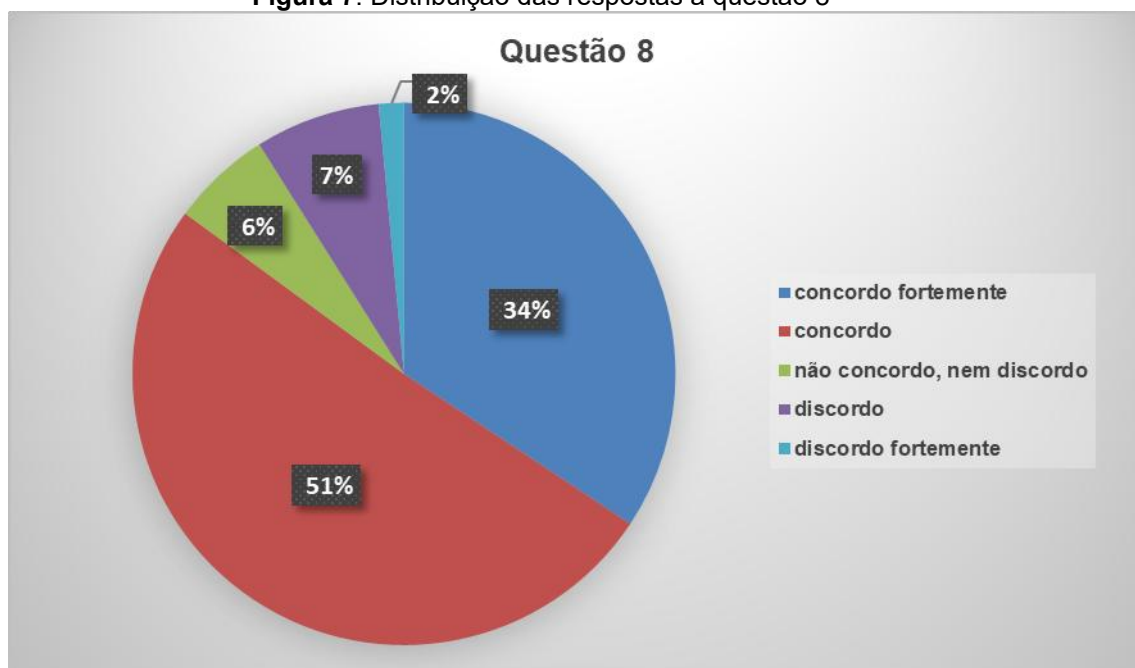
Figura 6. Distribuição das respostas à questão 7



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A questão 8 (figura 7) refere-se a um menino com Síndrome de Down. Entre os respondentes, 85% concordam que ele pode desempenhar, sem problemas, atividades no ambiente escolar, sendo que 4% concordam fortemente. Discordam 9% (2% discordam fortemente) e 6% afirmam que não concordam nem discordam.

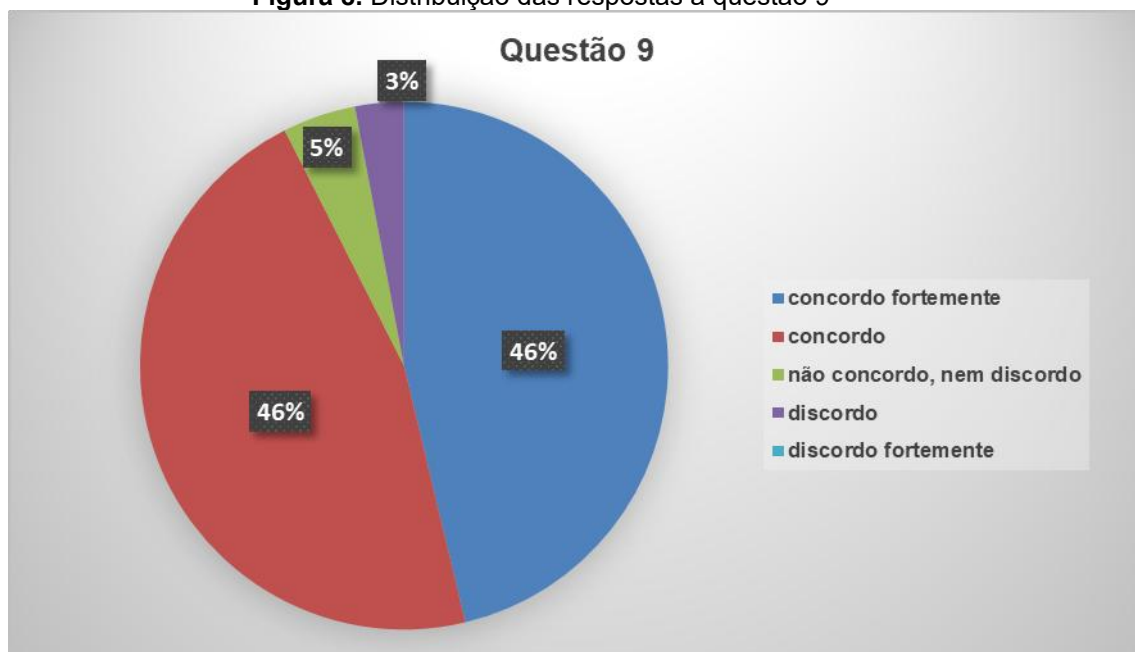
Figura 7. Distribuição das respostas à questão 8



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os resultados obtidos na questão 9 (figura 8) são semelhantes aos da questão 8. A maioria dos consultados (92%) acredita que o jovem obeso não enfrenta empecilhos para as atividades escolares, sendo que 46% concordam fortemente. Apenas 3% discordam, e 5% afirmam que não concordam nem discordam.

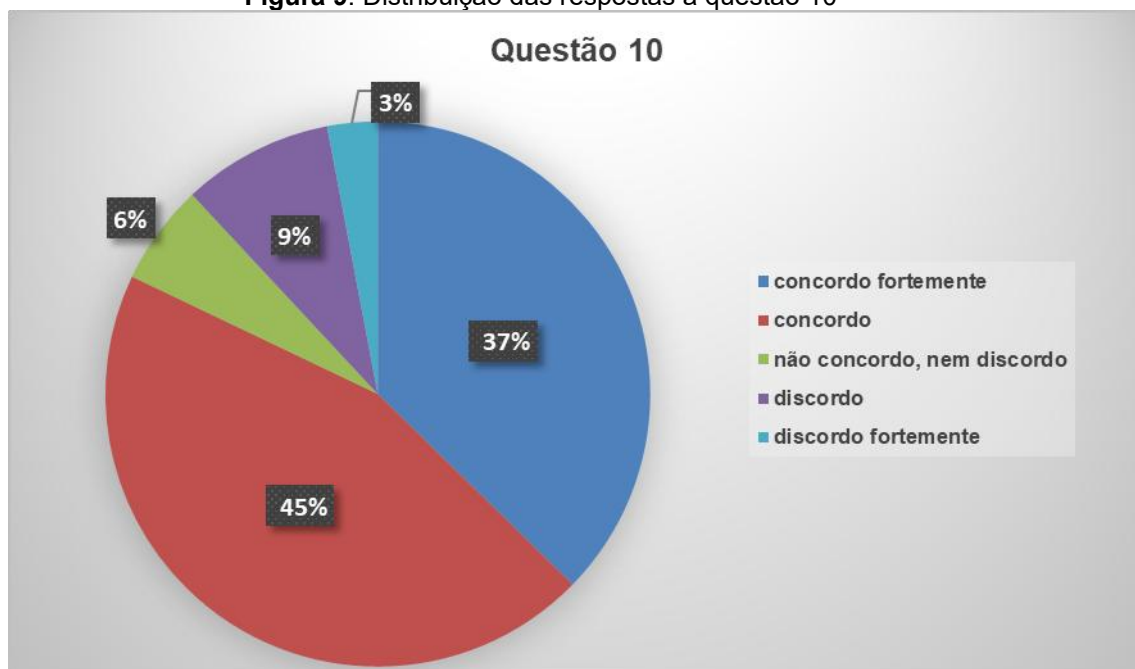
Figura 8. Distribuição das respostas à questão 9



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O homem com deficiência visual (figura 9) é considerado capaz de realizar as atividades escolares por 92% dos consultados, sendo que 37% concordam fortemente. Discordam 12% (3% discordam fortemente), enquanto 6% dos respondentes não possuem opinião formada.

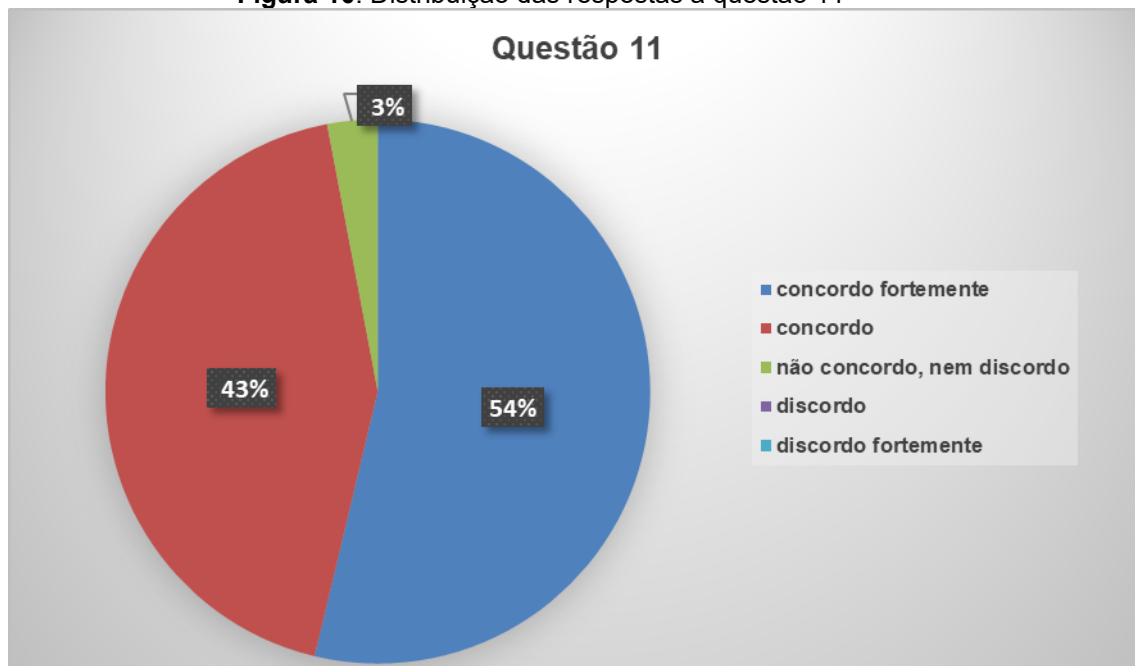
Figura 9. Distribuição das respostas à questão 10



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Na questão 11 (figura 10), temos a imagem de um homem caucasiano. Apenas 3% dos educadores afirmam que não concordam nem discordam sobre seus potenciais. Os demais concordam, sendo que 54% concordam fortemente.

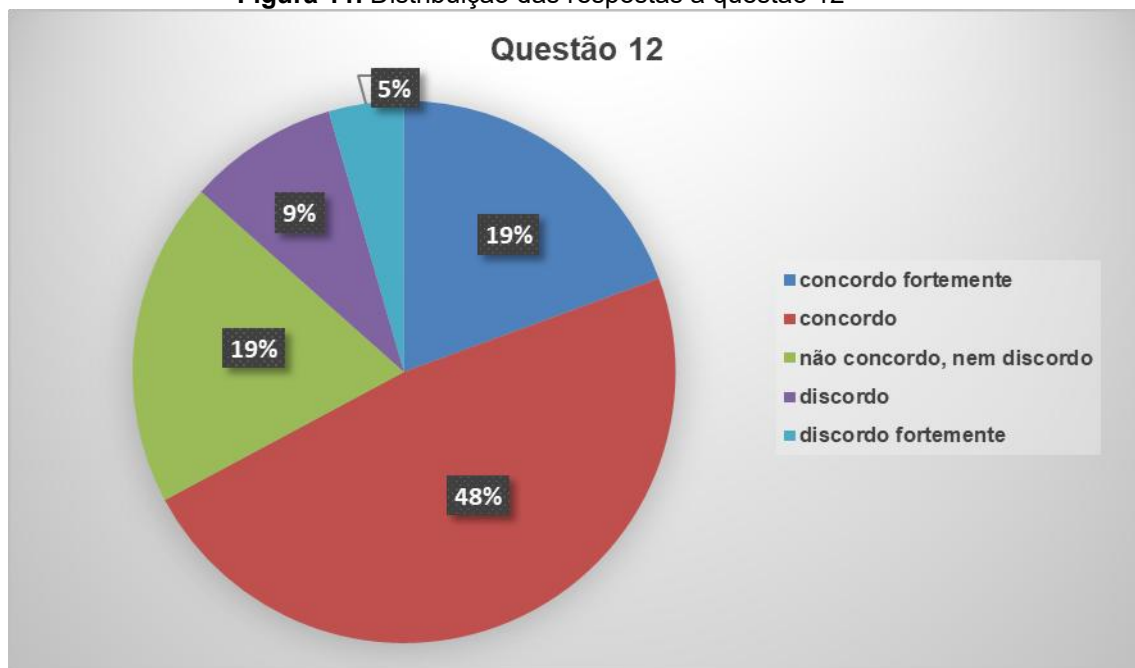
Figura 10. Distribuição das respostas à questão 11



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Na questão 12 (figura 11), há a imagem de uma mulher com microcefalia. Concordam que ela é capaz de realizar as atividades escolares, com ou sem auxílio, 67% dos respondentes (sendo que 19% concordam fortemente). Discordam 14% (5% discordam fortemente), enquanto 19% afirmam que não concordam nem discordam.

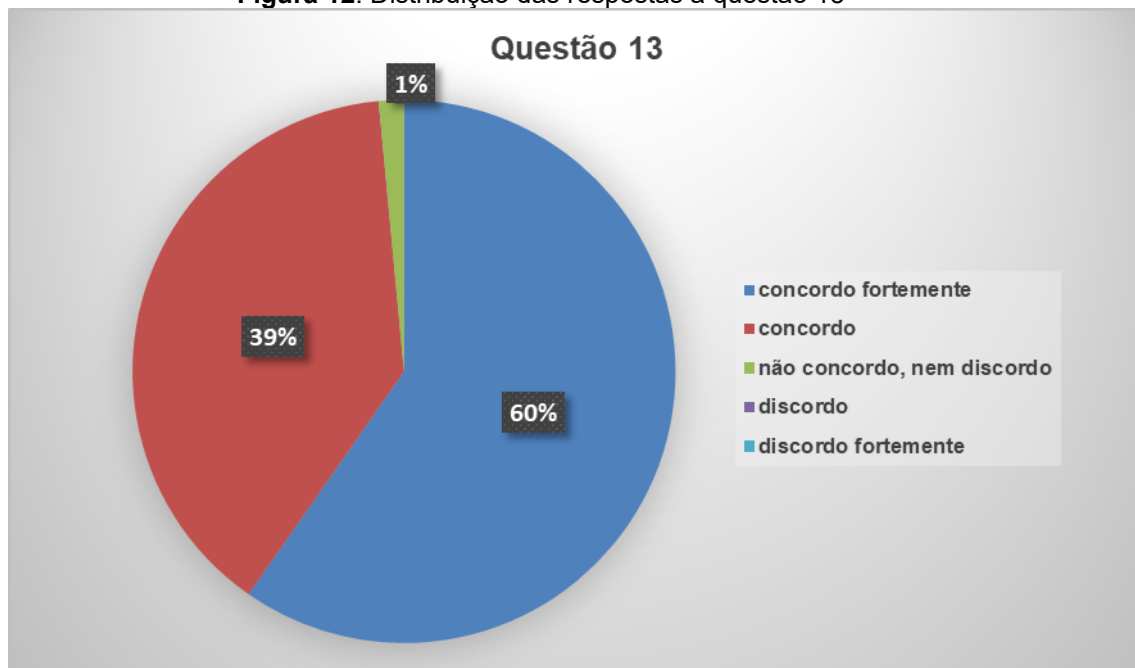
Figura 11. Distribuição das respostas à questão 12



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A figura 12 (respostas à questão 13) traz a imagem de uma mulher negra. Praticamente todos os consultados (99%) concordam que ela é capaz de realizar as atividades escolares. Apenas 1% afirma que não concorda/nem discordam.

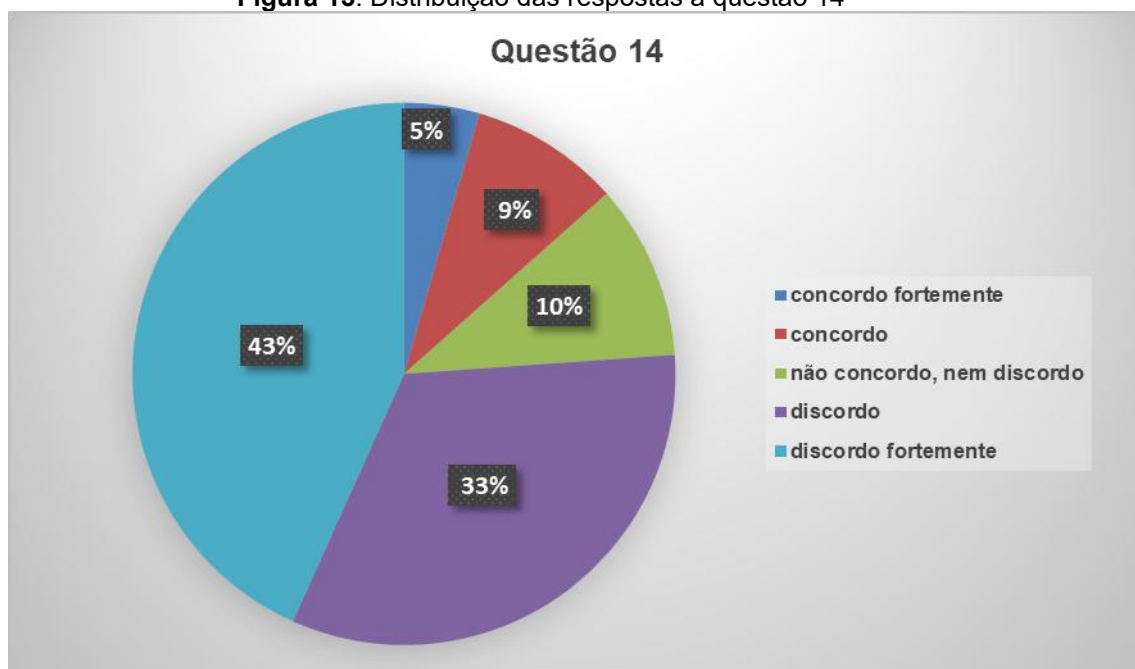
Figura 12. Distribuição das respostas à questão 13



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Na figura 13, temos as respostas à questão 14, que apresenta a imagem de um cão. A maioria dos respondentes (76%) acredita que o animal não é capaz de realizar atividades intelectuais ou físicas na escola. Apenas 14% concordam que ele pode realizar tais atividades (sendo que 5% concordam fortemente). O restante dos docentes não possui opinião clara a respeito.

Figura 13. Distribuição das respostas à questão 14



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

DISCUSSÃO

As questões 4 e 14 (figuras 3 e 13) trouxeram dois animais com grande proximidade com os seres humanos: o gato e o cão. Nesses casos, os animais são utilizados devido ao fenômeno da zoomorfização. Segundo Soares (2017), equiparar animais a humanos, seja para exaltá-los (por exemplo, "um gato é uma pessoa bonita") ou para depreciá-los (como em "uma cobra é uma pessoa falsa e ardilosa"), caracteriza a zoomorfização.

O capacitismo é uma forma de discriminação presente na sociedade, que subjuga o indivíduo com deficiência, o que pode levar à sua animalização, assim como ocorre com pessoas obesas (chamadas de "baleias") e negras (chamadas de "macacos") (Soares, 2017). Para Silva (2010), apesar de todas as diferenças entre humanos com deficiência e animais, ambos vivem em condição de subordinação. Muitos discordaram da ideia de que esses animais poderiam realizar atividades escolares, com ou sem auxílio. O que chama a atenção é que 10% afirmaram que não concordam/nem discordam. Mesmo sem expressar abertamente a crença de que os animais são



incapazes, alguns respondentes podem manifestar a ideia de superioridade humana, o que os impede de reconhecer o potencial dos animais, levando-os à neutralidade (Silva, 2010).

Indivíduos sem deficiência foram apresentados nas questões 5, 7, 11 e 13 (figuras 4, 6, 10 e 12). A diferença entre eles está no gênero (masculino e feminino) e na etnia (negros e brancos). Os resultados foram muito semelhantes: entre 97% e 99% dos respondentes concordam que homens e mulheres, sejam brancos ou negros, são capazes de realizar atividades escolares. Entretanto, apenas no caso do rapaz negro houve uma resposta discordante quanto à sua capacidade. Oliveira (2022) realizou uma pesquisa com alunos do ensino médio, questionando se eles acreditavam que pessoas negras eram mais agressivas. Dos 140 respondentes, 1,42% afirmaram acreditar nessa associação. Essa percepção de que pessoas negras são mais agressivas constitui um estereótipo, uma visão distorcida da realidade por reduzi-la de forma simplificada e estática (Bhabha, 2013, p. 136). É possível que, no corpo docente, essa visão estereotipada também esteja presente, levando alguns professores a duvidarem da capacidade de um homem negro para realizar determinadas tarefas.

A análise das respostas referentes aos indivíduos com deficiência revela resultados discrepantes, especialmente no que diz respeito à dúvida quanto à capacidade (respostas do tipo "não concordo nem discordo"). De modo geral, os resultados entre as diferentes deficiências são bastante semelhantes: entre 85% e 92% dos respondentes acreditam que esses indivíduos são capazes de realizar atividades escolares.

A exceção ocorre na questão 12 (figura 11), que apresenta uma mulher com microcefalia. Nesse caso, apenas 67% dos participantes acreditam em sua capacidade, ou seja, de 18% a 25% a menos do que nas demais situações. Em relação às respostas de discordância, 14% afirmaram não acreditar que a mulher com microcefalia seja capaz, resultado semelhante ao da questão 10 (figura 9), que apresenta um indivíduo com deficiência visual. Nos demais casos de pessoas com deficiência, a discordância varia entre 7% (homem cadeirante) e 9% (criança com Síndrome de Down). Ainda na questão 12, observou-se a maior taxa de respostas "não concordo, nem discordo", com 19%. Nas demais figuras que apresentavam pessoas, esse índice não ultrapassou os 5% a 6%, sendo esse o valor observado nos casos da criança com Síndrome de Down, do jovem obeso e da pessoa com deficiência visual (figuras 7, 8 e 9).

A microcefalia, em comparação com outras deficiências, como a Síndrome de Down ou a deficiência visual, é menos frequente e comumente associada a limitações intelectuais mais evidentes (Garcia; Lucas, 2022). O desconhecimento sobre essa condição pode gerar receios e dúvidas quanto à capacidade do indivíduo, levando à indecisão (respostas como "não concordo, nem discordo") ou mesmo à discordância. A pesquisa de Marchesan e Carpenedo (2021) revela que a falta de familiaridade com a deficiência perpetua a ideia de incapacidade, reforçando a



marginalização do indivíduo. Soma-se a isso o modelo biomédico, centrado no diagnóstico e nas limitações, que reforça a medicalização e a patologização da deficiência (Ivanovich; Gesser, 2020). É possível que essa perspectiva tenha influenciado os respondentes a se concentrarem nos aspectos médicos da microcefalia, negligenciando as potencialidades e a singularidade da mulher.

Em relação à obesidade, 92% dos consultados acreditam que o jovem obeso não enfrenta empecilhos para a realização de atividades escolares (figura 8), um resultado similar ao encontrado para indivíduos sem deficiência, como homens e mulheres, brancos e negros, cujas taxas de concordância variam entre 97% e 99% quanto à sua capacidade. Embora a obesidade não seja categorizada como deficiência neste estudo, a inclusão de um jovem obeso visa analisar se sua condição física influencia a percepção de sua capacidade por parte dos educadores. Os resultados indicam que essa percepção é comparável à de indivíduos sem deficiência e, em alguns casos, até mais positiva, sugerindo que a obesidade não é vista como um impedimento significativo para a participação em atividades escolares. Além disso, 5% dos docentes declararam-se indecisos ou neutros quanto à capacidade do jovem obeso, índice semelhante ao encontrado para a mulher com microcefalia (figura 11), o que demonstra a existência de uma pequena parcela de profissionais que não concordam/nem discordam sobre a capacidade dos indivíduos em questão.

Apesar de os docentes não considerarem a obesidade um empecilho para a realização de atividades escolares, alguns descrevem a obesidade juvenil como uma condição de saúde complexa e prevalente que impacta o ambiente escolar, incluindo discriminação social, efeitos no autoconceito e na motivação dos educandos. A escola é vista como um espaço com potencial para auxiliar no combate à obesidade, mas há limitações, pois, a obesidade exige uma abordagem multifatorial e o envolvimento de diversos atores.

CONSIDERAÇÕES

A análise dos dados evidencia que, embora muitos educadores valorizem a inclusão, existem traços perceptíveis de capacitismo no ambiente escolar, especialmente em situações que envolvem deficiências menos compreendidas, como a microcefalia. A baixa concordância em relação à capacidade da mulher com microcefalia, somada ao alto índice de respostas neutras, aponta para uma lacuna no conhecimento sobre essa deficiência, o que pode refletir uma visão limitada, influenciada pelo modelo biomédico, centrado nas limitações do educando.

A quase unanimidade no reconhecimento da capacidade de pessoas sem deficiência, independentemente de gênero ou etnia, merece atenção. É importante refletir sobre a existência,

mesmo que isolada, de respostas que indicam desconfiança quanto à capacidade de um homem negro, o que pode sinalizar a presença de estereótipos raciais internalizados.

No caso da obesidade, os resultados demonstram que a condição não é percebida pelos educadores como um fator impeditivo à participação escolar, o que indica um avanço nas percepções e uma possível quebra de estigmas. Já a presença de animais nas imagens, embora simbólica, foi eficaz em expor crenças de natureza antropocêntrica e revelar como algumas representações, mesmo figurativas, provocam reações pautadas na exclusão e no julgamento.

Estes dados indicam que a formação docente, embora tenha avançado no campo da inclusão, ainda necessita de aprofundar discussões sobre o capacitismo e outras formas de discriminação que influenciam a prática pedagógica. Detectar essas percepções não tem como objetivo apontar culpados, mas promover reflexões coletivas capazes de fortalecer a inclusão em sua forma plena. É necessário ampliar o conhecimento sobre as deficiências e repensar modelos mentais para que o acolhimento nas escolas vá além da boa intenção e se transforme em ações concretas e efetivas no cotidiano escolar.

O estudo apresenta algumas limitações, como o fato de ter sido realizado em apenas uma instituição escolar; por isso, os resultados não podem ser generalizados para outras regiões ou contextos educacionais. Em pesquisas futuras, pode-se ampliar a amostra, incluindo diferentes locais e escolas, para ampliar a visão sobre o tema. Além disso, a realização de entrevistas semiestruturadas poderia aprofundar a compreensão das percepções dos educadores em relação ao capacitismo, complementando os dados coletados. Também seria importante investigar de que forma a formação inicial e continuada dos docentes aborda essas questões, identificando possíveis falhas que dificultem a efetiva prática da inclusão.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi Kisanbhai. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

CAMARGO, Flávia Pedrosa de. O capacitismo e a expectativa docente em relação a alunos com deficiência. **[SYN]THESIS**, v. 13, n. 1, p. 87-96, 2020.

DELLANI, Marcos Paulo; MORAES, Deisy Nara Machado. Inclusão: caminhos, encontros e descobertas. **Revista de Educação do Ideal**, v. 7, n. 15, p. 1-13, 2012.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GARCIA, Vagner Rodrigues; LUCAS, Priscila Jaeger. Capacitismo e racismo: uma abordagem interseccional no diagnóstico tardio do autismo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DESIGUALDADES, DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS (VIII), 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: UNISINOS, 2022. p. 1125-1136.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.



IVANOVICH, Ana Carolina Friggi; GESSER, Marivete. Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a)políticos. **Quaderns de Psicologia**, v. 22, n. 3, p. 1-21, 2020.

LIMA, André Luís de Souza. Capacitismo e eugenia na educação brasileira: uma reflexão a partir de aproximações epistemológicas. **Revista PHILIA|Filosofia, Literatura & Arte**, v. 3, n. 1, p. 2-20, 2021.

MARÇAL, Tatiana Loureiro. **Inclusão no ensino superior: retratos de estudantes com deficiência**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, Aveiro (Portugal), 2013.

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Fiepke. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. **Revista Trama**, v. 17, n. 40, 2021.

NOGUEIRA, Roberto. **Elaboração e análise de questionários**: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2002.

OLIVEIRA, João Victor Borri de. As Escolas e o racismo: Identidades e percepções de estudantes do ensino médio. **Revista Avesso: Pensamento, Memória e Sociedade**, v. 3, n. 1, p. 1-23, 2022.

RODRIGUES, Silmara Ribeiro; PAULINO, Paulo César. Educação Inclusiva, um desafio de todos. In: III Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. **Anais [...]** Cornélio Procópio: Universidade Tecnológica Federal do Paraná-Campus Cornélio Procópio, 2009. p.1-12.

SILVA, José Rodolfo da. Pós -"deficiência" e o pós -"humano": tensões teóricas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 9, 2010, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1–11.

SOARES, Uesla Lima. O animal humano: os paradigmas da zoomorfização social e sua representação literária. In: FESTIVAL LITERÁRIO DE PAULO AFONSO, 2017, Paulo Afonso. **Anais [...]** Paulo Afonso: Faculdade 7 de setembro, 2017. p. 48–63.

SOUSA, Vanessa Alves de; FARIAS, Aline Queiroz. Capacitismo e currículo oculto escolar: construindo relações. In: VI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2019, Campina Grande. **Anais [...]** Campina Grande: Realize Editora, 2019. p. 1-10.

SOUSA, Vanessa Castro Alves de. **O capacitismo e seus desdobramentos no ambiente escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba, 2021.

SOUZA, José Carlos; LOPES, Luiz Henrique Bernardinelli; SOUZA, Vítor Cruz Rosa Pires de. A Dimensão do Belo no Tempo. **Rev. Psicol. Saúde**, v. 10, n. 3, p. 87-94, 2018.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.